Posteriormente, o Presidente informou sobre a portaria que validará as Comissões de Trabalho que irão abordar as seguintes temáticas: Política Criminal de Segurança Pública; Política Criminal de Execução Penal; Eventos e Seminários; Revista; Atividade Legislativa, e em seguida, solicitou que cada conselheiro confirmasse a qual comissão pertence. Solicitou a Secretária Executiva, Sabrina Machado, que informasse o número que dará a portaria, a mesma informou que será Portaria SEJUSP/CCP № 01/2021. Após, o Presidente validou a portaria e determinou o seu encaminhamento para publicação.

Dando seguimento, o Presidente informou sobre a criação do site do CCPC, sugestão feita pela conselheira Dra. Luziene Medeiros na última sessão, esclarecendo que foi realizada reunião com a Assessoria de Comunicação (ASCOM) da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) a fim de verificar a possibilidade da criação de um site/portal do CCPC, contudo, foi informado que não há possibilidade de um site exclusivo para o Conselho, considerando a restrição orçamentária do governo, sendo necessário fazer um aditivo ao contrato já existente junto a Prodemge e, de acordo com o manual de marcas do governo, aqueles órgãos que pertencem a área de competência de determinada instituição não podem ser desvinculados, informou, ainda, que restou alinhado com a Ascom/Sejusp que as divulgações serão feitas por meio do site já existente e pelas redes sociais da Sejusp que hoje tem amplo acesso. Ressaltou que as divulgações serão apenas das atividades relativas ao CCPC, como por exemplo: não serão feitas matérias de todas as sessões que ocorrerem. Dra Luziene agradeceu pelo encaminhamento e ressaltou satisfação do conselho possuir esse espaço para divulgação, sendo, por fim, complementado pelo Presidente a importância da visibilidade das atividades concretas do CCPC. Em seguida, passou-se para 0 4º tiem da pauta, informando sobre o Portal dos Conselhos pertencente a Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais (CEEMĜ), seclarecendo q riormente indicou cinco membros para o Comitê de Prevenção e Combate a Tortura - CEPT, comitê o qual será vinculado ao Governado

de Estado. Na sequência, o Presidente passou para o próximo item da pauta que trata sobre a proposição de Lei Ordinária para Prevenção da Violência trata sobre a proposição de Lei Ordinária para Prevenção da Violência Contra Mulher com implantação no curriculo escolar de toda rede de nsino do Estado, de relatoria da conselheira Dra. Luziene, pertencente a Comissão de Atividades Legislativas, indagando aos conselheiros que informassem sobre a análise da proposição, qual o posicionamento e interpretação acerca do Anteprojeto de Lei. A conselheira Dra Andréa Bahury justificou que por problemas pessoais não teve tempo hábil para realizar a leitura do anterprojeto, solicitando assim um prazo para analisar o documento e se manifestar, requerimento deferido pelo Presidente. Na oportunidade, o conselheiro Dr. Lourenço Migliorini informou que possui algumas sugestões na redação e que fará diretamente a relatora. A conselheira Dra. Miriam Vaz, informou que o assunto foi atualmente incluído no currículo escolar dos individuos privados de liberdade. O conselheiro Dr. Anderson Alcântara reforçou as palavras da vice presidente, sobre importância dessa abordagem no currículo escolar dos jovens e solicitou que gostaria de sugerir umas outras abordagens aprojovens e solicitou que gostaria de sugerir umas outras abordagens aproveitando o anteprojeto. Após, todos os conselheiros votaram a favor do encaminhamento do anteprojeto, cumprimentando a Dra. Luziene Medeiros pela excelente iniciativa.

Em seguida o conselheiro Dr. Jésus Trindade ponderou como seria o trânita do anteprojeto. O Presidente esclarecea e trânita do anterporior.

trâmite do anteprojeto. O Presidente esclareceu o trâmite do anteprojeto, o qual passará pelo Secretário de Justiça e Segurança Pública e posteriormente encaminhado para Coordenação Técnica Legislativa

— CTL. Passou-se para o próximo item da pauta que trata sobre a Guarda Muni-cipal, consultando se algum conselheiro teria interesse no referido tema, no que tange as suas atribuições e as recentes regulamentações, podendo ocorrer um desvirtuamento do proposito. O Presidente infor mou a necessidade de se criar um grupo de estudo a parte, o qual irá presidir, indagando quem também gostaria de compor. Por fim, além do Presidente, o grupo ficou formado pelos seguintes membros: Dra. Luziene Medeiros; Dr. Anderson Alcântara e Dr. Jésus Trindade.

Na oportunidade, o Dr. Jésus Trindade informou que é membro e jé esteve como presidente do Fórum Nacional de Segurança Pública órgão não governamental responsável pelas estatísticas de segurança pública, convidando a todos para visitar o site eletrônico do fórum, o

orgão não governamental responsável pelas estatisticas de segurança pública, convidando a todos para visitar o site eletrônico do fórum, o qual possui uma revista digital, que trouxe em uma de suas edições a Guarda Municipal, ressaltando ser um assunto complexo, que necessita de uma maior atenção, destacando que as discussões no âmbito do Congresso têm sido bastante temerárias e precisa ser melhor amadurecida. Por fim, colocou o Fórum à disposição.

Posteriormente, o Presidente tratou sobre a questão do CineClube, informando que tentará junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais uma parceria a fim de que seja disponibilizado o CineClube para transmitir filmes que trata sobre o sistema carcerário. Pontuou como exemplo sobre um filme que assistiu recentemente sob produção sulcoreana que trazia em seu enredo o sistema carcerário. A Dra. Andrea Bahury sugeriu que fosse aberto aos estudantes, principalmente, aos estudantes de Direito, parabenizando o Presidente pela ideia.

O Presidente em seguida abriu a palavra para manifestação do plenário. Na oportunidade, a conselheira Dra. Miriam Vaz sugeriu que fosse retomada a discussão sobre a regionalização das Varas de Execuções Penais do Estado, ressaltando, que o Conselho Nacional de Justiça - CNJ já sinalizou quanto a essa nova política e diante da particularidade geográfica do estado de Minas Gerais. O Presidente indagou se a conselheira fez alguma proposição junto ao TJMG, a conselheira respondeu que já propôs junto a gestão anteriores, por meio do Grupo de Monitoramento Eletrônico - GMF, contudo, não acompanhou e não teve conhecimento da tramitação. O Presidente solicitou que a vice-presidente, Dra. Márcia Milanez verificasse o andamento desse assunto junto ao TJMG. Por sua vez, o conselheiro Dr. Lourenço Migliorini esclareceu que as tratativas acerca da regionalização das Varas de Execuções Penais, passa por dois momentos distintos, o primeiro foi dado com a definição dos coordenadores regionas do GMF e suas atribuições, sendo definido 08 (oito) polos, estão sendo desenvolvidos para regionalização das audiências de custódia, o qual seria o segundo passo, para que em um terceiror momento alcance a regionalização das Varas de Execuções Penais, já possuindo como iniciativa uma visita ao estado do Rio Grande do Sul onde há essa experiência bastante consolidada, posteriormente uma visita à Santa Catarina e ao estado do Paraná, pontuou no que tange aos estudos já se encontram avançados nesse sentido, quanto a implementação depende da viabilidade após a conclusão dos estudos e da aprovação da Presidencia do TJMG. Após, o Presidente pontuou que como essa temática encontra-se dentro da comissão de Política Criminal e Execução Penal, possuindo como membro a vice presidente, Dra. Márcia Milanez, a conselheira Dra. Miriam Vaz, os conselheiros Dr. Lourenço Migliorini, Dr. Evaldo Gavazza e Dr. Michel, sugerindo formar um grupo para tratar do assunto, com elaboração de uma nota técnica, a fim de que fosse trazido na próxima sessão e iniciada a discussão sobre matéria, definindo desta forma, a Dra. Márcia Milanez relatora da Nota Técnica.

forma, a Dra.Márcia Milanez relatora da Nota Técnica.

Após, o conselheiro Dr. Jésus Trindade solicitou a palavra e sugeriu ao plenário, o filme, um curta metragem, chamado "O dia em que Dorival encarou a guarda" que faz uma metáfora muito rica sobre o sisval encarou a guarda" que faz uma metafora muito rica sobre o sistema prisional. Também relembrou a importância sobre a implementação do museu, assunto levantado pelo Presidente nas primeiras sessões
do CCCP. Informou que a Policia Civil possui um projeto museológico elaborado pela Dra. Célia Corsino, conhecida internacionalmente,
sendo a responsável pelo projeto do museu do Palácio das Artes. No
momento, o Presidente ressaltou a importância da memória penitenciária, no qual encontra-se perdida, cabendo o Conselho soerguer e sistematizar essa memória. A conselheira Dra. Luziene Medeiros, informou
que como primeira Juíza da Vara de Execução Penais da Comarca de
Ribeirão das Neves, possui material daquela época, o Presidente informou que posteriormente gostaria de conhecer esse material, pois será
de grande valia.

niou que posteriorimente gostaira de connecer esse materiari, pois sexi de grande valia.

A conselheira Dra. Luziene, solicitou a palavra e registrou votos de louvor ao convidado, General Mario Lucio de Araujo, reforçando ser uma pessoa especial para todos, sendo o General Araujo um homem de muitas lutas pelo trabalho, eficiência, honradez e dedicação, registrando ser muito honrada em ter sido nomeada pelo General para o CCPC e

agradeceu ao General a nomeação, mencionando o seguinte Provérbios 15.22 "Onde não há conselhos fracassam-se os projetos, mas, com muitos conselheiros, terão bom êxito". Na sequência o Presidente, Des. Marcos Henrique Caldeira Brant endossou as palavras da conselheira Dra Luziene Medeiros, reforçando a grande formação do CCPC ainda sob a gestão do General Mario Lucio de Araujo. Na sequência o Presidente também solicitou que fosse registrado os votos de melhora ao conselheiro Cel. Rodrigo Piassi, que passa por um momento dificil em razão do contagio da Covid-19. Em seguida, o Presidente abriu para manifestações finais dos conselheiros, a vice-presidente, Dra. Marcia Milanez parabenizou o Presidente pela condução dos trabalhos e a firmou a sensação de que o CCPC fará grandes trabalhos, o Presidente agradeceu e relembrou a bonita manifestação feita pela Dra.Márcia Milanez na primeira sessão plenária do CCPC após a posse, na qual relembrou grandes nomes que já compuseram o quadro de conselheiros do CCPC. A conselheira Dra.Barbara Nardy endossou as palavras da conselheira Dra.Luziene Medeiros em relação ao General Mario Lucio de Araujo.

Após, o Presidente informou sobre a próxima sessão a ser realizada dia 31.05.2021, as 10h, local a definir, deixando todos conselheiros devidamente convocados.

amente convocados.

Por fim, o Presidente passou a palavra para o convidado o General Mario Lucio Alves de Araujo, que agradeceu a oportunidade de se dirigir ao conselho, afirmando se encontrar muito sensibilizado pelas mensagens, em especial da Dra.Luziene. Ressaltou ter ficado inicialmente um pouco constrangido porque recentemente deixou o cargo de Secretário de Estado preocupado em não deixar à vontade aqueles que pertencem a secretaria, mas não poderia deixar de atender um convite da Dra.Luziene Medeiros. O General ressaltou que está muito feliz pelo caminho que o CCPC tem trilhado, mas já na certeza de que não seria diferente em razão de sua composição, que são integrantes que fizem caminho que o CCPC tem trilhado, mas já na certeza de que não seria diferente em razão de sua composição, que são integrantes que fazem a diferença, pela dedicação com o sistema prisional e sociedade, pontuou ainda, a participação do Dr.Gustavo Tostes na escolha dos membros para compor o CCPC, que tem um conhecimento amplo da justiça mineira. Ponderou que as escolhas não tiveram nenhum viês político ou de amizade, que foi no sentido de reconhecer a excelência do trabalho de todos que compõem o CCPC. Na sequência, ressaltou sua vitória em razão da Covid-19, que está com uma reabilitação muito positiva, com a capacidade aeróbica quase 100% retomada, que foi uma experiência física e espiritual muito forte, fazendo com que saisse da situação com outra cabeça e pensamento, dando valor para aquilo que de fato necesita que seja valorizado, deixando a todos a mensagem de "Vivam a vida". Em seguida, o Presidente agradeceu a presença e o depoimento sincero do General, colocando o conselho á disposição.
Nada mais havendo, encerra-se o presente que vai devidamente assinado pelo SenhorPresidente e pela Vice-Presidente.
Eu, Sabrina Machado, coordenadora e secretária executiva designada, o digitei.

o digitei

Marcos Henrique Caldeira Brant Presidente do Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais

Márcia Maria Milanez Vice Presidente do Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais

ATA DA 1º SESSÃO PLENÁRIA / 2021

ATA DA 1º SESSÃO PLENÁRIA / 2021
CONSELHO DE CRIMINOLOGIA E POLÍTICA
CRIMINAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de dezembro 2021, às 10h00, no Edificio Mirafiori, Rua dos Guajajaras, nº 40 – Centro, Belo Horizonte, na sede da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, realizou-se a 1º Sessão Plenária do Conselho de Criminologia e Política Criminal, sob a Presidência do Desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant, registrada a presença do Secretário Adjunto de Justiça e Segurança Pública, Dr. Jeferson Botelho Pereira

do Secretário Adjunto de Justiça e Segurança Pública, Dr. Jeferson Botelho Pereira.

Presentes os Conselheiros: Dr. Carlos Augusto Canêdo Gonçalves, Procurador de Justiça; Dra. Andréa Maria Nessralla Bahury, Promotora de Justiça; Dr. Anderson Alcântara Silva Melo, Delegado, aposentado, Dr. Jésus Trindade Barreto Junior, Delegado; Dra. Bárbara Isadora Santos Sabe Nardy, Juíza de Direito da Vara de Execuções Penais da Comarca de Igarapé, Dra. Miriam Vaz Chagas, Juíza de Direito da Vara de Execuções Penais da Comarca de Ribeirão das Neves; Dr. Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro, Juíz de Direito da Vara de Execuções Penais de Comarca de Uberlândia; Dr. Luíz Carlos Rezende e Santos, Juíz de Direito da Vara de Execuções Penais de Silviz de Direito da Vara de Execuções Penais de Juíz de Direito da Vara de Execuções Penais de Juíz de Joreito da Vara de Execuções Penais de Juíz de Joreito da Vara de Execuções Penais de Juíz de Joreito da Vara de Execuções Penais de Juíz de Fora, José Luíz Reis Júnior, Coronel da Policia Militar do Estado de Minas Gerias; Paulo Moreira Ventura, Defensor Público; Dr. Pedro de Araţio Maia, Policial Penal de Estado de Minas Gerias; Dra. Emilia Eunilce Alcaraz Castilho, Defensora Pública; Rodrigo Piassi do Emília Eunilce Alcaraz Castilho, Defensora Pública; Rodrigo Piassi do Nascimento, Coronel da Policia Militar do Estado de Minas Gerias. Presente também o Assessor Judiciário, Arthur Magalhães Bambirra Ausências Justificadas: Dra. Márcia Milanez, Desembargadora e Vice-Presidente do Conselho; Dr. Michel Cristian de Freitas, Juiz de Direito de Governador Valadares; Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima, Juíza de Direito da Comarca de Belo Horizonte; Dra Andrea Cristina Miranda Costa, Juíza de Direito da Comarca de Belo

Horizonte.

O Presidente abriu a sessão cumprimentando a todos e em seguida comunicou a mudança de gestão realizada na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, ressaltando, o proficuo trabalho realizado pelo General Mario Lucio Alves de Araujo e pelo Dr. Gustavo Henrique Wykrota Tostes à frente da pasta. Frisou ter sido por iniciativa e empenho do General Araujo que o Conselho foi soerguido, devendo ser a ele atribuído o mérito da retomada dos trabalhos com a distinta composição atual.

composição atual.

Após colocou a ata da Sessão realizada no dia 18 de dezembro de 2021, para aprovação do plenário, a qual foi compartilhada no grupo do CCPC pelo whatsapp, sendo essa a ferramenta de comunicação institucional. Ata aprovada por unanimidade, sem considerações. Posteriormente, informou que além das normativas legais que o regem, o CCPC possui também um regimento interno, que o organiza internamente. Informou ter realizado ajustes no regimento que havia sido elaborado na última gestão, e que irá disponibiliza-lo para que os Conselheiros possam opinar sobre algum eventual ajuste. Após, o Regimento lheiros possam opinar sobre algum eventual ajuste. Após, o Regimento Interno será encaminhado para Sejusp e posteriormente para avaliação legislativa a ser realizada pelo Consultor-Geral de Técnica Legislativa, Dr. Márcio Luís de Oliveira. O Presidente solicitou aos conselheiros que tenham interatividade e proatividade, como órgão consultivo e fiscali-zador. Após passou-se a apresentação preparada do Regimento Interno

tenham interatividade e proatividade, como orgalo consultivo e fiscalizador. Após passou-se a apresentação preparada do Regimento Interno
do CCPC, perguntou ao plenário se algum conselheiro pesquisou a
existência do CCPC ou da LEP Estadual em outros estados da federação, o conselheiro Dr. Luiz Carlos informou que mais estados também
possuem a LEP, apontando que o Conselho de Criminologia e Política
Criminal é anterior a Lei de Execuções Penais de Minas Gerais.
O Presidente seguiu para apresentação, informando primeiramente que
o Regimento Interno é publicado no Diário Oficial de Minas Gerais por
meio de Portaria ou Resolução assinada pelo Secretário de Estado de
Justiça e Segurança Pública, após falou sobre o artigo 1º do regimento
que dispõe sobre a Lei nº 8.533, del 17 de abril de 1984 e a Lei Estadual
de Execução Penal, nº 11.404, de 25 de janeiro de 1994, que são a base
legal do CCPC, logo após a Lei nº 23.304 de 30 de maio de 2019, que
dispõe sobre a estrutura orgânica do Poder Executivo, a qual o CCPC
passa a ser subordinado administrativamente. Na sequência explicou
sobre o artigo 2º que dispõe sobre sua finalidade específica como conselho consultivo e fiscalizador, ressaltando a importância de todos possuirem e conhecerem a LEP Federal e Estadual, também a necessidade de
uma adequação da LEP Estadual como parâmetro as modificações que
ocorreram na LEP Federal, que poderá ser uma propositura do CCPC, o
Presidente destacou que o tema será avaliado e distribuido para algum
conselheiro. Prosseguindo com a apresentação o Presidente informou
ueu todos receberão cópia do Regimento Interno e avancará algumas

Presidente destacou que o têma será avaliado e distribuído para algum conselheiro. Prosseguindo com a apresentação o Presidente informou que todos receberão cópia do Regimento Interno e avançará algumas partes a fim de que a apresentação não fique prolixa. Na sequência, falou sobre a composição do CCPC que não é tratada nas Leis especificas do Conselho, que é composto por 13 (treze) membros titulares e 08 (oito) membros suplentes, designados pelo Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, com conhecimento e experiência nas áreas de Direito Penal, Processual, Criminologia e de Ciências Social, ressaltou que o conselho atualmente é um órgão plural, faltando apenas um representante especifico da área de sociologia, em que pese a Conselheira Dra. Andréa Bahury ter formação na área. Disse que oportunamente irá verificar a possibilidade de um representante do Conselho de Sociologia ou da Fundação João Pinheiro. Destacou-se, ainda, que o conselho possui uma estrutura suficientemente enxuta, informou na sequência sobre o prazo dos mandatos e enfatizado que a grande maioria dos conselheiros possuem pela frente 04 (quatro) anos de mandato a partir da posse. maioria dos conselhei dato a partir da posse

Prosseguindo com a apresentação o Presidente falou sobre o artigo 7º do Regimento Interno que diz que os conselheiros farão jus à retribuição pecuniária no valor de R\$100,00 (cem reais) por cada sessão ou atividade realizada. Ressaltou inciso 4º do artigo 7º, que prevê que o conselheiro poderá optar pelo não recebimento do "jeton", caso seja do interesse de algum conselheiro abrir mão do recebimento dessa retribuição pecuniária, será enviada uma declaração para preenchimento formal. O Presidente informou desde então que abrirá mão da referida retribuição por entender que está compartilhando com o estado parte de seu conhecimento e prestando mais um serviço à Pátria. Na oportunidade, o conselheiro Dr. Luiz Carlos propôs que todos já se manifestassem em relação ao "jeton", seguindo assim todos conselheiros presentes a decisão do Presidente, abrindo mão do recebimento da retribuição pecuniária, ficando fechada a questão deliberada em plenário. Na sequência falou sobre algumas atribuições dos conselheiros como, por exemplo, "elaborar, debater e enviar às autoridades competentes, sugestões de propostas legislativas ou administrativas relacionadas à política criminal", sugerindo um estudo sobre a regionalização das Varas de Execuções Penais, podendo ser feita uma proposição ao nadas à política criminal", sugerindo um estudo sobre a regionalização das Varas de Execuções Penais, podendo ser feita uma proposição ao Presidente do TJMG.

Seguindo a apresentação, o Presidente informou sobre o dispositivo do regimento que trata da ausência injustificada do Conselheiro, podendo este não mais ser convocado para as sessões plenárias. Logo após, falou sobre a Secretaria Executiva do CCPC e suas atribuições, enfatizando a necessidade de melhorar a estrutura física e de recursos humanos, a fim de melhor atender e auxiliar as atividades a serem desenvolvidas pelo Conselho, que atualmente possui apenas a coordenadora, sendo necessário utilizar a sua equipe de assessores e estrutura do Tribunal de Justiça de Minas Gerais para auxiliar na organização das atividades, o Secretário Adjunto, Dr. Jeferson Botelho informou que a questão será verificada. O Dr. Luiz Carlos e o Cel. Piassi enfatizaram que nas gestões anteriores do CCPC, as reuniões também aconteciam em salas cedidas pelo TJMG ou no Automóvel Clube. A coordenadora Sabrina informou que a sede do CCPC localizada no 23º do Edifício Mirafiori já se encontra estruturada e com condições para que as ses sões sejam realizadas na própria sede.

Em seguida, o Presidente ressaltou a importância do CCPC, falando sobre a necessidade da realização de seminários, publicação de artigos e revistas. Finalizou a apresentação com o organograma do CCPC e informando aos conselheiros que a minuta do Regimento Interno será compartilhada e, a partir do envio, terão todos o prazo de 05 (cinco) compartilhada e, a partir do envio, terão todos o prazo de 05 (cinco) dias corridos para manifestação, logo após será encaminhada à Sejusp. O Presidente abriu para manifestação dos conselheiros, o Coronel Piassi solicitou a palavra como membro mais antigo do conselho, a fim de registrar e reafirmar a importância dos trabalhos do Conselho de Criminologia e Política Criminal, elogiando na oportunidade a postura e comprometimento do Presidente com relação ao CCPC. Passou-se a palavra ao Secretário Adjunto de Justiça e Segurança Pública, Dr. Jeferson Botelho que cumprimentou a todos, ressaltou a satisfação de participar da sessão do CCPC e realizou sua breve apresentação individual. Por fim, o Secretário Adjunto se colocou à disposição do Presidente e dos demais conselheiros. Na sequência o Presidente e solicitou aos conselheiros presentes que se apresentassem individual-

solicitou aos conselheiros presentes que se apresentassem individual-mente ao Secretário Adjunto. Os conselheiros desejaram boas-vindas

mente ao Secretário Adjunto. Os conselheiros desejaram boas-vindas ao novo Secretário Adjunto, colocando-se todos á disposição do Secretário no desenvolvimento dos trabalhos à frente da Sejusp. Terminada as apresentações, o Presidente informou sobre visita a sede do CCPC, localizada no 23º do mesmo Edificio Mirafiori e deixou os Conselheiros devidamente convocados para a próxima sessão, a ser realizada em 22 de março, segunda-feira, às 10h00, local a definir. Nada mais havendo, encerra-se o presente que vai devidamente assinado pelo Senhor Presidente e pelo Secretário Adjunto de Justiça e Segurança Pública.

Segurança Publica. Eu. Sabrina Machado, coordenadora e secretária designada, o digitei.

Marcos Henrique Caldeira Brant Presidente do Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais

Jeferson Botelho Pereira Secretário Adjunto de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais

EDITAL DE CHAMAMENTO - PAD 218/2020

O Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 218/2020, Warlen Fernandes Ferreira, conforme PORTARIA/NUCAD/ CSet - SEJUSP/PAD Nº 218/2020, publicada no Minas Gerais de 21 de denaio de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, INTIMA, durante 08 (oito) publicações consecutivas, o processado abaixo relacionado, pelo presente mandado, para querendo comparecer à audiência das testemunhas a ser realizada em 14/06/2021 (segunda-feira) com início às 09:00hs (1ª testemunha), às 10:00hs (2ª testemunha), e às 11:00hs (3ª testemunha), bem como para seu INTERROGATORIO que será realizado na mesma data às 14:00hs na sede do Núcleo de Correição Administrativa (NUCAD), localizado na Rodovia João Paulo II, nº 4001 — Prédio Minas — 3º andar, bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, Cidade Administrativa de Minas Gerais, telefone (31) 3916-9727. Caso o processado não compareça às referidas audiências das testemunhas e ao INTERROGA-TORIO, será nomeado defensor dativo por esta Casa correcional para acompanhar todos os atos do Procedimento Administrativo, conforme a Portaria supramencionada, em observância ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988.

NOME DIEMERSON SOUZA DIAS - MASP 1 128 047-6. PROCES em 14/06/2021 (segunda-feira) com início às 09:00hs (1ª testemunha)

NOME DIEMERSON SOUZA DIAS - MASP 1.128.047-6. PROCES-SADO NO PAD 218/2020

Belo Horizonte, 13 de maio de 2021. Warlen Fernandes Ferreira Presidente de Comissão Masp. 1.141.399-4

13 1481266 - 1

ATA DA 2º SESSÃO PLENÁRIA / 2021 CONSELHO DE CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março 2021, às 10h00, realizou-se a 2ª Sessão Plenária do Conselho de Criminologia e Política Criminal, por meio de videoconferência, através da ferramenta Google Meet sob a Presidência do Desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant e pela Vice Presidente, Desembargadora Márcia Maria Milanez, regis-

sob à Presidência do Desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant e pela Vice Presidente, Desembargadora Márcia Maira, registrada a presença do Secretário de Estado Adjunto de Justiça e Segurança Pública, Dr. Jeferson Botelho Pereira. Presentes os Conselheiros: Dr. Carlos Augusto Canêdo Gonçalves, Procurador de Justiça; Dra. Andréa Maria Niessralla Bahury, Promotra de Justiça; Dr. Andréa Maria Niessralla Bahury, Promotra de Justiça; Dra. Andréa Maria Niessralla Bahury, Promotra de Justiça; Dr. Andréa Maria Silva Melo, Delegado aposentado; Dr. Jésus Trindade Barreto Junior, Delegado; Dr. Michel Cristian de Freitas, Juiz de Direito de Governador Valadares; Dra. Bárbara Isadora Santos Sabe Nardy, Juiza de Direito da Vara de Execuções Penais da Comarca de Ribeirão das Neves; Dr. Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro, Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais da Comarca de Ribeirão das Neves; Dr. Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro, Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte; Dr. Evaldo Elias Pena Gavazza, Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte; Dr. Evaldo Elias Pena Gavazza, Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais de Sulzi de Fora; Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima, Juiza de Direito da Comarca de Belo Horizonte, José Luiz Reis Júnior, Coronel da Policia Militar do Estado de Minas Geriais; Paulo Moreira Ventura, Defensor Pública; Dr. Pedro de Araújo Maia, Policial Penal do Estado de Minas Gerias; Paulo Moreira Ventura, Defensor Pública; Dr. Pedro de Araújo Maia, Policial Penal do Estado de Minas Gerias; Pra. Emilia Eunile Alcaraz Castilho, Defensora Pública; Dr. Paulo Cesár de Freitas, Promotor de Justiça, Bruno Dias Cândido, advogado.

Ausências Justificadas: Rodrigo Piassi do Nascimento, Coronel da Policia Militar do Estado de Minas Gerias; Dra. Andrea Cristina Miranda Costa, Juiza de Direito da Comarca de Belo Horizonte.

O Presidente abriu a sessão cumprimentando a todos e colocou a ata da

Costa, Juiza de Direito da Comarca de Belo Horizonte.

O Presidente abriu a sessão cumprimentando a todos e colocou a ata da Ata da Sessão realizada no dia 22 de fevereiro de 2021, para aprovação do plenário, ata na qual foi compartilhada pelo whatsapp no grupo do CCPC, sendo essa a ferramenta de comunicação, ata aprovada sem considerações.

Após, comunicou a posse do novo conselheiro suplente, Dr. Paulo César de Feritas, passando a palavra para o Secretário Adjunto, Dr. Jeferson Botelho, que realizou a leitura do termo de posse e declarou o Dr. Paulo César empossado como membro do CCPC.

Posteriormente, o Presidente seguiu-se para pauta, informando as Comissões de Trabalho que irão abordar as seguintes temáticas: Política Criminal de Esecução Penal; Eventos e Seminários; Revista; Atividade Legislativa. Em seguida, solicitou que cada conselheiro manifestasse quanto ao interesse de integrar cada comissão. As definições de membro de cada comissão encontram-se no anexo desta ata.

Na sequência, o Presidente informou que as comissões e escolhas de membro serão encaminhadas através do meio de comunicação do CCPC para validação dos conselheiros, ponderou sobre a possibilidade de alterações das comissões, caso algum conselheiro manifeste interesse, ressaltou, a importância de retirar o potencial de cada um para realização dos trabalhos e atividade do CCPC. O Presidente informou, ainda, que será feita e publicada uma portaria designando os membros de cada comissão.

de cada comissão. Dando seguimento, o Presidente ponderou a necessidade de avaliar a questão das inspeções e também informou que o Regimento Interno se encontra com o Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública. Perguntou ao Secretário Adjunto sobre uma previsão, o mesmo informou que está em análise e que em uma ou duas semanas será publicado

publicado.

Em seguida, o Presidente abriu para manifestação dos conselheiros, a Dra.Luziene sugeriu a criação de um site do Conselho, onde fosse permitida a publicação e divulgação das atividades que são realizadas. Após, o Dr. Evaldo Gavazza pediu a palavra, solicitando permissão para iniciar uma tratativa preliminar sobre as audiências de custada de la consecuencia de consecue sao para iniciar uma tratativa pretiminar sobre as audiencias de custodia e a titulo de reflexão, considerando que a referida temática está na comissão de execução penal. Dr. Evaldo Gavazza informou que o Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário – GMF, iniciou um levantamento dos atos normativos de outros Estados, no sentindo identificar a maneira que a audiência de custoda vem sendo executada no nnear a maneira que a audiencia de custodia vem sendo executada no ambito nacional, que a princípio já foi identificado dois procedimentos distintos, com relação a prévia otitiva do Ministério Público e Defensoria Pública, alguns estados condicionam a liberdade provisória ou relaxamento da prisão, a uma otitiva prévia dos respectivos órgãos, contrário ao que recomenda o Conselho Nacional de Justiça. Por fim, reforçou a necessidade dessa abordagem a fim de adequar os procedimentos em Minas Gerais, considerando também, as cobranças que estão sendo feitas ao TJMG no que se refere a realização das audiências de custódia no estado.

no estado.

Passou-se a palavra ao Secretário Adjunto de Justiça e Segurança Pública, Dr. Jeferson Botelho que reforçou a satisfação de participar da sessão do CCPC e a grande relevância dos trabalhos do CCPC. Por fim, desejou boas-vindas ao novo conselheiro Dr. Paulo Cesar, ressaltando a sua competência e extenso conhecimento na área da criminologia. Após, o Presidente informou sobre a próxima sessão a ser realizada dia 26.04.2021, as 10h, local a definir, deixando todos conselheiros devidamente convocados.

damente convocados.

Nada mais havendo, encerra-se o presente que vai devidamente assinado pelo Senhor Presidente, pela Vice-Presidente e pelo Secretário
Adjunto de Justiça e Segurança Pública.

Eu, Sabrina Machado, coordenadora e secretária executiva designada,

Marcos Henrique Caldeira Brant Presidente do Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais

Márcia Maria Milanez Vice Presidente do Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais

Jeferson Botelho Pereira Secretário Adjunto de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais

EXTRATO DA PORTARIA DEPEN
N° 17/2021, DE 20 DE MAIO DE 2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO
N° 1450.01.0032297/2021-76
Descumprimento de cláusulas do Contrato nº 339039.03.2992.18
(Penitenciária de Unaile Presidio de Unail), EmpresaCOOK EMPREENDIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA, CNPJ
n°16.654.626/0001-51, sediada na Avenida Raja Gabaglia, n° 285,
Bairro Cidade Jardim- Belo Horizonte/MG. Práticas previstas no inciso
V1 do art. 3°e nos incisos I.IV, V e V1 do art. 4° da Resolução SEAP n°.
49/2017, puníveis com sanções desde advertência escrita até declaração
de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública
(de acordo com as sanções previstas no artigo 38 do Decreto Estadual
n°. 45.902/2012, nos artigos 87 e 88 da Lei Federal n°. 8.666/1993 e no
artigo 7º da Lei Federal n°. 10.520/2002).
Convoco a Comissão Processante Permanente da SEJUSP, para instrução e conclusão de todo o procedimento, conforme Resolução SEAP
n° 01, de 13 de fevereiro de 2017, por meio dos membros designados
para a sua composição, nos termos das Portarias GAB. SEAP n° 006 de
12 de março de 2019.
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública,
Belo Horizonte, 20 de maio de 2021.

Belo Horizonte, 20 de maio de 2021. Carlos Vinícius de Souza Figueiredo Assessor Orçamentário e Financeiro - DEPEN/MG

ATO 257/2021

OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA – ATO Nº 257/2021 - REGISTRA OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do art. 27, do inciso II, da Lei Delegada nº 174, de 26/01/2007, alterado pelo art. 7º da Lei Delegada nº 182, de 21/01/2011, dos servidores:

MASP 13439708, DIEGO MOTA DOS SANTOS, ASP - AGENTE DE EGUIDANICA DENTERDECIDADIO, NÍVOLI GRADA A gereserida de 50%

SEGURANÇA PENITENCIARIO, Nível I, Grau A, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-1, a partir de 17/05/2021.
MASP 1154623-1, GERALDO RANGEL PEREIRA GUEDES, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIARIO, Nível I, Grau B, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de

18/05/2021.
MASP 12146841, ACACIO DONIZETTI ALCANTARA DE MELO, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIARIO, Nível I, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de

C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 17/05/2021

MASP 12207239, VANESSA CALIXTO PRADO, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nivel I, Grau A, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-1, a partir de 17/05/2021.

MASP 1215485-2, GUSTAVO HENRIQUE RODRIGUES MORENO SILVA, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nivel I, Grau B, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de 19/05/2021.

MASP 12207189, LUCILENE CRISTINA MOREIRA, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nivel I, Grau A, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 19/05/2021.

MASP 13870175, JULIANA INACIO GALLO, ANEDS - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIÁL, Nivel I, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-1, a partir de 13/05/2021.

Ana Louise de Freitas Pereira

Diretora de Gestão de Pessoas

(Designada para Responder pela Superintendência de Recursos Humanos)

21 1484770 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO NOTIFICAÇÃO A Presidente da Comissão do Processo Administra-tivo Disciplinar nº 020/2020, Nathália Vilarino Rodrígues, conforme PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 020/2020, publicada no Minas Gerais de 21 de fevereiro de 2020 e retificada em 27 de novembro de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, combinado com o art. 256 do Código de Processo Civil, CONVOCA E CITA, durante 08 (oíto) dias consecutivos, o processado abaixo discriminado, por se achar em local incerto e não sabido, para tomar ciência de que foi aberto em seu desfavor o PAD 020/2020. No prazo de 10 dias, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, o processado poderá entrar em contato com a comissão processante, através dos e-mails nathalia.vilarino@seguranca.mg.gov.br e ana.lacerda@seguranca.mg.gov.br, a fim de tomar conhecimento de seu respectivo Processo Administrativo Disciplinar, acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, constituir advogado, apresentar rol de testemunhas e defesa prévia, caso queira, para os fatos a ele atribuídos, que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, estando sujeito a uma das penalidades previstas no artigo 4ºdo Decreto 47.788/2019, c/c o art. 12, parágrafo único da Lei 18.185/2009 e nos termos do art. 9º do Decreto 1º 45.155, de 21 de agosto de 2009, sob pena de REVELIA: Alexandre Henrique Ferreira - MASP: 1.083.946-2 PROCESSADO NO PAD 020/2020.

Belo Horizonte, 18 de maio de 2021

Nathalia Vilarino Rodrigues

Masp 1.226.892-6

Presidente de Comissão cessado poderá entrar em contato com a comissão processante, através

Presidente de Comissão

